

FERRER CORREIA

Entrevistado por Maria Augusta Silva

Entrevista realizada num período especialmente conturbado na vida da Fundação Calouste Gulbenkian, de que o ilustre professor de Direito Ferrer Correia era presidente (de 1993 a 1999) depois de ser consultor na resolução de diferendos sobre o testamento do fundador e mais tarde integrando o Conselho de Administração (desde 1958). Este antigo reitor da Universidade de Coimbra deixaria uma marca profunda na reestruturação qualitativa da Fundação Gulbenkian, projetando-a para o novo milénio.

Está a ser difícil libertar a Fundação Gulbenkian dos safanões que apanhou com a sucessão de Azeredo Perdigão?

Tudo corre normalmente a nível do Conselho de Administração. Não vejo que haja diferenças entre o ritmo de trabalho do tempo do Dr. Azeredo Perdigão e o atual. É fundamentalmente o mesmo.

E em termos de projetos, está numa linha de continuidade ou sente-se necessidade de reestruturar e dinamizar?

Estamos numa fase de reestruturação. Em 1992, foi tornada em Conselho de Administração a resolução de reestruturar a Gulbenkian. Propus então a composição da Comissão de Reestruturação, que foi aprovada, e a comissão começou a trabalhar, mas são coisas muito demoradas numa máquina desta complexidade. A reestruturação é uma coisa necessariamente laboriosa, não se pode fazer de um dia para o outro. Mexer num aspeto implica com outros, é sempre complicado. Acabou há pouco a chamada fase quantitativa, em que se libertou a Fundação de um peso excessivo de empregados, por meio de acordos.

Tendo por bitola só a idade ou também por avaliações de mérito profissional?

Teve de ser a idade, porque era forçoso respeitar as condições estabelecidas quanto à idade da pré-reforma e da reforma. Não usámos nenhum artifício. Reduziu-se o quadro de pessoal num pouco mais de 20 por cento.

A Comissão de Reestruturação inclui diretores de serviços?

Essa fase quantitativa terminou. Abre-se agora a fase qualitativa. Para a sua execução foram já agregados à Comissão de Reestruturação diretores de serviço: o dr. Marçalo Grilo (da Cooperação com os Novos Estados Africanos), o dr. João Caraça (da Ciência) e o dr. Pereira Leal (Música). Vai funcionar uma comissão mista. Esperamos dessa colaboração interessantes resultados, na medida em que são perspetivas novas que vêm juntar-se à dos administradores, em ordem a fazer-se um trabalho útil e fecundo.

Essa integração de diretores significa da parte da administração uma

aposta num diálogo cada vez maior mesmo dentro da estrutura interna da Gulbenkian?

Exatamente. Este é um passo significativo e penso que não será o último. E fui eu que propus esse alargamento, aceite por unanimidade. Além disso, na reestruturação quantitativa, o CA reuniu várias vezes com todos os diretores de serviços, para discutir a reestruturação de uma forma geral. Foram convidados a dar a sua opinião por escrito e quase todos o fizeram.

Mas como é que o diretor do Acarte ficou de fora da Comissão de Reestruturação? Julgo que não se tinha gerado ainda o caso José Sasportes...

A decisão de agregar diretores à comissão de reestruturação foi recente. Creio que já tinha surgido o caso Sasportes.

Não desejou entrar em diálogo com o diretor Sasportes. O Acarte não é um serviço de primeira linha para a Gulbenkian?

Nas artes, tínhamos na Fundação uma pessoa mais antiga, o dr. Pereira Leal, diretor dos Serviços de Música. O Acarte não tem mais importância do que esses serviços. A arte estava já representada.

Mas a opinião pública fica um pouco confusa, porque não pode deixar de associar o nome de Sasportes ao de Madalena Perdigão, que o indicou para lhe suceder no Acarte.

Temos as nossas opções. O Conselho, ao escolher esses diretores, fez a sua opção.

Não será porque José Sasportes assumiu, de algum modo, posições críticas e há uma situação que vem já de 1992, quando ele sugere modificações na gestão da Fundação?

Não é agradável trabalhar com pessoas excessivamente críticas em relação à administração. Tem de haver um mínimo de cooperação e entendimento.

Qual foi a fronteira que barrou esse entendimento?

O senhor diretor do Acarte pensa, pelos vistos, ter sido ele quem começou a reestruturação global da Gulbenkian, quando foi iniciada pela administração. E depois, em lugar de se preocupar com a reestruturação, veio com considerações que tinham principalmente em vista o CA. Eu, por mim, não tinha o menor gosto em trabalhar com o senhor Sasportes, mas não estava em causa, porque não faço parte da comissão.

Não lhe reconhece mérito enquanto diretor do Acarte e pelo trabalho que realizou?

Reconheço que tem tido no Acarte uma ação muito interessante e eficaz.

É sensível aos apoios que José Sasportes tem recolhido junto de pessoas da área cultural?

Não sei como responder a essa pergunta. São coisas que se conseguem por influência pessoal.

Azeredo Perdigão apercebeu-se da sua proposta de reestruturação da Gulbenkian, em 92?

Apercebeu-se e tenho para mim que concordou inteiramente. As linhas gerais eram repensar a Fundação. Passou muito tempo sobre os anos 50-60. O País mudou. Houve circunstâncias socioeconómicas e culturais que fizeram com que as coisas se apresentem hoje a uma luz diversa. Temos de repensar a Fundação a partir da sua raiz. É preciso atualizá-la, pô-la de acordo com os tempos.

Porque houve, então, tanta crispação nessa sucessão?

Não houve propriamente crispação. Houve uma sucessão de fases. Numa primeira, deu-se a indicação do sr. Robert Gulbenkian, em 1977. Depois, noutra altura, por iniciativa de outros administradores que não eu, e de acordo com o presidente, optou-se pela regra da antiguidade, mas nem isso ficou em definitivo. Por sugestão minha combinou-se este critério com a eleição. Uma vez indigitado como candidato, por antiguidade, dirá se aceita a indigitação, caso sim, fica sujeito a votos.

Quase parece dispensável essa votação a partir do momento em que é aceite a indigitação...

Não diria isso. Eu mesmo fui eleito por seis votos contra dois. Podia ser o contrário.

Permite uma avaliação apenas de correlação de forças...

Esse sistema combina a ideia de maior experiência e da antiguidade na casa. Todos os administradores tomam assim parte na designação do novo presidente.

Neste momento, o grande fantasma da Gulbenkian não continuará a ser a questão das sucessões, num Conselho de Administração com a idade média de 70 anos?

É lugar-comum dizer-se que a idade cronológica não é tudo. Pode ter-se uma idade propecta e ser aberto a ideias novas.

Essa situação também se punha relativamente a Azeredo Perdigão.

Ele nunca deixou de ser um homem jovem enquanto a doença o não prostrou. Foi sempre um homem que esteve à altura do seu posto.

Nunca houve nenhum médico que o tivesse dado como incapaz para a continuidade do exercício...

Não. Nem sequer havia legitimidade para colocar esse problema em termos oficiais.

Com que legitimidade lhe foram retirados os poderes pelos outros administradores?

Porque já não estava em condições de os exercer.

E quem fez esse juízo?

Foram os administradores, por maioria.

Perdigão tinha uma consciência que o levou a dizer: «Eu não me

demito.»

Não vejo que seja um sinal de grande consciência. Era a teimosia própria de velho.

O professor Ferrer Correia está decidido, também, a levar o seu mandato de presidente da Gulbenkian até ao fim?

Estou. Mas o meu mandato tem um termo. Estou eleito por cinco anos, já lá vão mais de seis meses. Tenho pouco mais de quatro anos. No fim do mandato retirar-me-ei religiosamente, com a missão cumprida, tanto quanto possível.

Quem se perfila no horizonte para lhe suceder? Sá Machado?

Ou outro, não sei, Qualquer dos meus atuais colegas é muito capaz, ou qualquer outro que venha entretanto a entrar no Conselho de Administração.

Para ser outro que venha a entrar, então terá de haver alteração no critério de antiguidade. Está a pensar, por exemplo, em Proença de Carvalho, um nome de que se tem falado?

Proença de Carvalho é um bom nome, mas não o único, com certeza. Trata-se de um excelente advogado com grande clientela e não o vejo com disponibilidade de tempo para vir a desempenhar na Gulbenkian um lugar efetivo a *full time*.

Mas admite a hipótese de ser alterado o parâmetro da antiguidade?

Tudo é possível, mas não é necessário ser alterado.

Pensa alargar o Conselho de Administração, insuflando um dinamismo mais jovem? O estatuto prevê de três a nove elementos e existem atualmente oito...

Ainda pode ser cooptado um administrador mesmo sem alteração dos estatutos. E poderá acontecer que algum queira reformar-se. Eu próprio.

Mas a sua ideia será a de conter a dimensão do Conselho de Administração ou alargá-la?

Alargar, nunca. Pode é haver qualquer outra solução semelhante.

Tem pensado nessas soluções?

Ando a pensar muito aprofundadamente nesse problema.

E desse 'muito' já há alguma coisa para equacionar?

Não posso ainda revelar nada.

Segredo dos deuses?

Ainda é segredo dos deuses. Mas têm havido também muitas coisas que distraem a atenção da gente, de modo que não foi possível encontrar, por enquanto, uma solução capaz de ser levada a Conselho para ser discutida.

O que é que o tem distraído?

Tantos problemas. Todos sabemos qual é o que está agora em causa, o do senhor José Sasportes.

A suspensão de José Sasportes deve terminar na próxima semana. Vai continuar como diretor do Acarte ou haverá outro enquadramento?

Juridicamente, uma vez cumprida a pena, a pessoa retoma as suas funções.

Está a pensar demiti-lo?

Não se pode demitir sem um processo.

Vamos falar de projetos. Depois da fase quantitativa, como vai ser a qualitativa?

Mesmo na fase quantitativa, ainda fizemos outras coisas. Por exemplo, nos meus serviços fez-se uma reestruturação muito importante no Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, em colaboração com o diretor David Mourão-Ferreira.

Mudanças significativas?

Sim. Já não temos praticamente bibliotecas itinerantes. Privilegiamos bibliotecas

fixas e desejamos desenvolver o gosto pela leitura; estamos a colaborar com as câmaras municipais.

Falhou o projeto das itinerantes?

Estava ultrapassado pelos tempos. Já não há tanta necessidade de bibliotecas itinerantes.

Como chega a cultura a recantos onde não é possível instalar bibliotecas fixas?

Cada vez há menos recantos. A população vem para os centros.

Isso tem os seus perigos, se não oferecermos condições para que se faça a descentralização.

Mas mandar bibliotecas, com um gasto tremendo, para os quatro cantos do País, quando se sabe de antemão que estas bibliotecas quase só servem para as criancinhas, é um bocado forte.

Mas é pelas crianças que temos de começar...

Só que a experiência mostrou que, com a televisão, as crianças chegam à adolescência e perdem todo o gosto pela leitura.

Não nos compete a todos contrariar essa linha?

Dentro de dias vai sair um opúsculo sobre o novo programa das bibliotecas da Gulbenkian. Verá que estamos a encarar com seriedade esse problema. Há outras formas de agir, além das bibliotecas itinerantes.

Dê-me exemplos?

A ida de escritores às bibliotecas, sessões de leitura de poesia, prosa e palestras. Procuraremos levar a esses sítios todas as crianças.

Fale-me do seu pelouro, que integra as bibliotecas. Os pelouros já foram redefinidos?

Vão ser em breve. Entraremos numa fase em que essas coisas serão discutidas a fundo. Pode ser que a reestruturação venha a concluir que há serviços a mais ou entenda juntar certos serviços.

Como está a ser repensado o contexto cultural da Gulbenkian, que até agora tem sido um polo dinamizador, fazendo até o contraponto ao Estado, oferecendo propostas alternativas e de qualidade?

Não temos intenção de ser um contraponto ao Estado, mas sim de chegar onde o Estado não chega. A nossa função sempre foi de complementaridade. E, hoje em dia, o Estado e as autarquias interessam-se mais pela cultura. Nos anos 60, por exemplo, o País era um vasto deserto cultural. Aí, a ação cultural da Fundação avultava. Qualquer coisa que fizesse era sempre acolhida de braços abertos, como sendo a salvação do País.

Acha que se justifica um desinvestimento na ação cultural da Gulbenkian?

Não há desinvestimento, nem a Fundação pensa nisso. Abrangemos diversas áreas, saúde, ciência, educação, artes, investigação e proteção social, todas de importância fundamental.

Estão com a preocupação de conter as chamadas despesas fixas, mais ligadas às atividades diretas. Isso não é um desinvestimento?

Justo. E procuraremos encontrar um ponto de equilíbrio entre atividades diretas e a concessão de subsídios a terceiros. Não basta dar espectáculos, trazer orquestras ou *ballet* para o público. Temos de pensar os serviços para bolsas de estudo, para atender pedidos de subsídios que nos vêm de fora, às dezenas e dezenas, todos os anos.

A Gulbenkian afirmou-se como uma instituição de cultura que marca a diferença. Há receio dessa perda...

Mas não se vai dar essa perda. Ninguém tem a intenção de acabar com o *ballet*, com a orquestra, com o coro ou o Acarte.

Não se pode perfilar a integração dessas estruturas no Estado?

Há várias soluções a encarar, até com independência económica e jurídica. O Instituto Gulbenkian de Ciência, em Oeiras, pode tornar-se independente amanhã. Já trabalha em moldes muito diferentes, em colaboração estreita com o Estado.

Isso não poderá pôr em causa a independência da Gulbenkian face aos poderes estatais?

Não creio. A Fundação tem dado provas bastantes da independência e de amor à causa da cultura.

A Gulbenkian está atenta ao facto de hoje já não haver um deserto de fundações do género, em Portugal?

É um facto muito importante, o que permite considerar que a Fundação tem de olhar em redor e ver quais são as iniciativas que as suas companheiras vão tomando, para ela própria modificar os seus programas, eventualmente.

Confiante em consensos para levar a cabo a reestruturação?

Cá dentro, ah!, sim. Trabalhamos todos no mesmo sentido.

Há uma linha de atuação que diferencie de forma marcante a sua visão da Gulbenkian da que tinha Azeredo Perdigão?

Não me parece que haja uma diferença radical. O dr. Perdigão, que era mais velho, não estava tanto ao corrente (nos últimos anos, sobretudo) dos problemas da sociedade atual, como eu estarei. Mas também estava atento, não estou a minimizá-lo com isto.

Como se vai projetar a Fundação para o novo milénio?

Temos de continuar aquilo que o Gulbenkian nos mandou fazer: educação, arte, ciência e proteção social. Quanto aos meios para alcançar esses objetivos, precisamos de estar atentos ao evoluir dos tempos.

Poderão colocar-se problemas financeiros a longo prazo?

Não me parece. A Fundação tem um património muito importante, que ronda os 300 milhões de contos. O nosso rendimento é que não é, comparativamente, tanto como isso. Sempre optámos por uma política de segurança, em vez de enveredarmos por uma política de risco. Em vez de optarmos pelo maior rendimento, escolhemos sempre o rendimento mais seguro.

Não poderá ser paralisante?

Tem o seu reverso. Mas optámos pela segurança.

Em termos de apoios, África continua no vosso pensamento?

Sim, e vai continuar, especialmente nas áreas da educação, saúde e defesa da língua portuguesa.

Com um orçamento para 94 de 17,9 milhões de contos, quais as apostas fortes: inverter as despesas fixas, que julgo rondarem os 73 por cento?

Essa percentagem deverá prender-se com atividades diretas e despesas administrativas. Todos os serviços de atividades diretas, em princípio, terão de abdicar de uma parte da sua verba para que haja um maior equilíbrio entre atividades diretas e os serviços a terceiros.

Há muitos pedidos de apoio parados?

Não. E tem-se registado um decréscimo. Talvez porque há mais fundações e apoios do Estado e das câmaras. As áreas em que se sente uma maior incidência de pedidos são a saúde e a educação.

Por vossa iniciativa, tentarão dinamizar especialmente algumas dessas áreas?

Temos a porta aberta aos pedidos que nos chegam. E estudamos constantemente formas novas de auxiliar o desenvolvimento da sociedade civil. Para a educação temos um plano de atividades e de edições, que todos os anos se renova.

Gostariam de intervir mais na política do livro?

Sim, mas não temos possibilidade de o fazer, só montando uma grande empresa e isso não está encarado. A política do livro não deixa, porém, de ser uma das nossas preocupações fundamentais, como as artes, a saúde pública, a ciência, as bolsas de estudo. E acresce a tudo isto a soma dos pedidos para coisas avulsas.

Não deve ser fácil estabelecer critérios. Pensam colher mais a sensibilidade da opinião pública e promover o debate?

Estamos a estudar isso. Já contratámos uma pessoa para aprofundar o impacto no País dos vários planos da Fundação.

Preocupa-o as notícias vindas a lume sobre o caso Partex?

A Partex não nos diz respeito.

Mas já disse...

A Partex de Lisboa está inteiramente desligada da Gulbenkian. Funciona apenas um contrato de prestação de serviços.

Mas não o preocupam minimamente as notícias trazidas a público sobre coisas menos lícitas na Partex?

Preocupam sempre. Tudo o que possa prejudicar e perturbar a vida de uma instituição à qual estamos ligados por um contrato, que é importante, não pode deixar de causar preocupação. Não estamos nem somos inteiramente indiferentes ao que se passa na Partex. Só que a Partex é uma coisa à parte.

Pretende abrir mais, junto do público, a imagem da Gulbenkian, ou vai continuar com uma imagem fechada sobre si própria?

Temos de abrir o mais possível a nossa imagem junto do público.

E um homem otimista?

Sim, apesar de a minha idade não ser já própria de otimismo. Mas sou um homem muito realista. Estou confiante no papel da Fundação Gulbenkian e em novos valores.

Continua a cultivar a ironia?

Mantenho-a com um sadio otimismo.

© *MARIA AUGUSTA SILVA*